

Entre a emancipação e a tecnocracia: disputas contemporâneas em torno das cooperativas escolares

Marco Aurélio da Silva

Doutorando em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil
<https://orcid.org/0009-0006-7358-5814>
marcoaurelio22000@gmail.com

Resumo

Este artigo examina criticamente a reinterpretação contemporânea das cooperativas escolares, contrastando a concepção emancipatória formulada por Célestin Freinet com a proposta difundida por instituições financeiras, especialmente o Sistema Sicredi. A partir de análise documental e revisão bibliográfica, identifica-se que a pedagogia freinetiana ancorada na cooperação como princípio político, no trabalho livre e criativo e na autogestão como prática democrática é resignificada sob uma racionalidade empresarial orientada ao empreendedorismo, à educação financeira e à gestão gerencial. Argumenta-se que essa apropriação produz deslocamentos estruturais no sentido político-pedagógico das cooperativas escolares, convertendo um dispositivo originalmente popular e transformador em ferramenta de conformação às lógicas neoliberais. Conclui-se que tais iniciativas configuram formas sutis de privatização curricular e simbólica da escola pública, tensionando seu caráter universal, democrático e socialmente referenciado.

Palavras-chave: cooperativismo escolar; Freinet; privatização da educação; neoliberalismo; Pedagogia crítica.

Between emancipation and technocracy: contemporary disputes surrounding school cooperatives

Abstract

This article critically examines the contemporary reinterpretation of school cooperatives, contrasting the emancipatory conception formulated by Célestin Freinet with the proposal disseminated by financial institutions, especially the Sicredi System. Based on documentary analysis and bibliographic review, it is identified that Freinet's pedagogy anchored in cooperation as a political principle, in free and creative work, and in self-management as a democratic practice is re-signified under a business rationality oriented towards entrepreneurship, financial education, and managerial management. It is argued that this appropriation produces structural shifts in the political-pedagogical meaning of school cooperatives, converting an originally popular and transformative device into a tool for conforming to neoliberal rationales. It is concluded that such initiatives configure subtle ways of curricular and symbolic privatization of public schools, straining their universal, democratic, and socially referenced nature.

Keywords: school cooperativism; Freinet; privatization of education; neoliberalism; critical

Entre la emancipación y la tecnocracia: disputas contemporáneas en torno a las cooperativas escolares

Resumen

Este artículo examina críticamente la reinterpretación contemporánea de las cooperativas escolares, contrastando la concepción emancipadora formulada por Célestin Freinet con la propuesta difundida por instituciones financieras, especialmente el Sistema Sicredi. A partir del análisis documental y la revisión bibliográfica, se identifica que la pedagogía de Freinet arraigada en la cooperación como principio político, en el trabajo libre y creativo y en la autogestión como práctica democrática se resignifica bajo una racionalidad empresarial orientada al emprendimiento, la educación financiera y la gestión gerencial. Se argumenta que esta apropiación produce cambios estructurales en el significado político-pedagógico de las cooperativas escolares, convirtiendo un dispositivo originalmente popular y transformador en una herramienta para adaptarse a las lógicas neoliberales. Se concluye que tales iniciativas configuran sutiles formas de

privatización curricular y simbólica de la escuela pública, poniendo a prueba su carácter universal, democrático y socialmente referenciado.

Palabras clave: cooperativismo escolar; Freinet; privatización de la educación; neoliberalismo; pedagogía crítica.

Entre émancipation et technocratie : les débats contemporains autour des coopératives scolaires

Résumé

Cet article examine de manière critique la réinterprétation contemporaine des coopératives scolaires, en opposant la conception émancipatrice formulée par Célestin Freinet à la proposition diffusée par les institutions financières, notamment le Système Sicredi. À partir d'une analyse documentaire et bibliographique, il apparaît que la pédagogie de Freinet ancrée dans la coopération comme principe politique, dans le travail libre et créatif, et dans l'autogestion comme pratique démocratique est resignifiée sous l'égide d'une rationalité d'entreprise orientée vers l'entrepreneuriat, l'éducation financière et le management. L'article soutient que cette appropriation engendre des changements structurels dans la signification politico-pédagogique des coopératives scolaires, transformant un dispositif initialement populaire et transformateur en un outil de conformité aux logiques néolibérales. Il conclut que telles initiatives instaurent des formes subtiles de privatisation curriculaire et symbolique de l'école publique, mettant à l'épreuve son caractère universel, démocratique et socialement référencé.

Mots-clés : coopérative scolaire ; Freinet ; privatisation de l'éducation ; néolibéralisme ; pédagogie critique.

1. INTRODUÇÃO

A escola pública brasileira tem sido, progressivamente, convertida em terreno de recepção e experimentação de agendas formuladas por atores externos ao campo educacional, sobretudo fundações empresariais, conglomerados financeiros e organizações filantrópicas de matriz corporativa. Sob a retórica da “responsabilidade social” e da “inovação educacional”, tais entidades introduzem pacotes de intervenção e dispositivos pedagógicos que, embora anunciados como estratégias de modernização e fortalecimento da eficiência escolar, acabam por reconfigurar o sentido público da escolarização e por instaurar dinâmicas de regulação privadas sobre processos historicamente vinculados ao direito social à educação.

Essas iniciativas se apresentam como difusoras de boas práticas, mas frequentemente produzem homogeneização curricular, estreitamento das finalidades formativas e substituição de debates pedagógicos por racionalidades gerenciais. Ao mesmo tempo, convertem-se em instrumentos de legitimação social das instituições que as promovem, funcionando como mecanismos de visibilidade pública e de consolidação simbólica junto às comunidades escolares. No interior desse movimento, observa-se o crescimento de modelos de cooperativas escolares impulsionados por cooperativas de crédito, que reivindicam inspiração histórica na pedagogia de Célestin Freinet (1979;2020), mas cujas finalidades, escalas e orientações divergem substancialmente da concepção original.

Este estudo se propõe a examinar comparativamente o projeto de cooperativa escolar formulado por Freinet (1979) e a versão contemporânea implementada pelo Sistema Sicredi, buscando identificar convergências discursivas, tensões estruturais e deslocamentos conceituais. Trata-se de compreender como um dispositivo educativo criado como expressão da autogestão e da emancipação pedagógica foi reinterpretado, um século depois, por uma instituição inserida no mercado financeiro e orientada por lógicas próprias do capitalismo cooperativo contemporâneo. A investigação, de natureza qualitativa, fundamentou-se em análise bibliográfica e documental, com especial atenção aos princípios, finalidades e dispositivos concretos presentes em ambas as propostas.

Do ponto de vista teórico, parte-se da premissa de que propostas pedagógicas não podem ser dissociadas das condições histórico-estruturais que as engendram. A relação entre singularidade e totalidade social central nas formulações de Georg Lukács e amplamente retomada por autores contemporâneos indica que práticas educativas localizadas expressam contradições mais amplas da formação social. Como destaca Harvey (2020), os projetos institucionais adquirem formas distintas conforme os contextos geográficos, políticos e econômicos nos quais se inserem, implicando que a análise documental permite apreender apenas as possibilidades previstas, não as variações decorrentes da implementação situada.

Assume-se, igualmente, a perspectiva de que cada proposta pedagógica constrói um sujeito coletivo investido de concepções próprias de educação, trabalho, gestão e cidadania. Nesse sentido, a leitura das cooperativas escolares promovidas por instituições financeiras precisa ser situada nos marcos da relação público - privado que caracteriza a atual fase do capitalismo. Como argumentam Peroni e Pereira (2022), a privatização contemporânea da educação não se limita à transferência de matrículas para a iniciativa privada, mas inclui modalidades sutis de privatização da política e da prática pedagógica, nas quais agentes externos definem conteúdos, finalidades e orientações curriculares. Tais dinâmicas instauram formas de controle simbólico e organizacional sobre a escola pública, deslocando suas pautas e prioridades para alinhá-las a racionalidades empresariais.

Por reconhecer a educação básica como direito social inscrito na Constituição da República Federativa do Brasil (CF, 1988), compreende-se que sua efetivação universal e equitativa exige gestão e financiamento públicos. Estudos recentes demonstram que programas privados introduzidos nas redes públicas tendem a produzir padronização pedagógica, esvaziamento do trabalho docente e reforço de lógicas de responsabilização individual, frequentemente desconectadas das realidades socioeconômicas das comunidades escolares. Entretanto, admitir tais críticas não implica reduzir a análise a uma dicotomia moral simplista. Ao contrário, torna-se imprescindível examinar como essas iniciativas se estruturam, quais racionalidades mobilizam e de que maneira reconfiguram a ideia de educação pública.

Assim, este estudo busca compreender a apropriação das cooperativas escolares como estratégia pedagógica e institucional, analisando tanto as potencialidades emancipadoras presentes no legado freinetiano quanto os riscos de instrumentalização pedagógica quando incorporadas por agentes financeiros. Trata-se de situar criticamente a disputa contemporânea em torno do sentido público da escola e dos modos de produção da vida escolar em uma sociedade marcada por crescente financeirização e por novas formas de intervenção privada no campo educacional.

2. COOPERAÇÃO DISCENTE COMO PRÁTICA FORMATIVA

A emergência das cooperativas escolares como instrumentos pedagógicos vinculados ao trabalho coletivo e à participação discente encontra suas raízes no legado de Freinet (2020), cuja trajetória intelectual e política marcou profundamente os debates educacionais do século XX. Filho de agricultores e formado no magistério, Freinet (2020) experienciou, ainda jovem, os efeitos devastadores da Primeira Guerra Mundial, que comprometeram permanentemente sua saúde. Tal limitação, contudo, catalisou seu afastamento das práticas transmissivas predominantes na escola tradicional e impulsionou a elaboração de uma pedagogia ancorada na experimentação, na autoria discente e na dimensão social do trabalho educativo.

As formulações de Freinet (2020), em diálogo crítico com o movimento da Escola Nova, deslocaram o foco da aula expositiva para uma concepção de ensino baseada na construção compartilhada do conhecimento, na qual os estudantes deixam de ocupar o lugar de receptores passivos e assumem o protagonismo de suas investigações. A centralidade do trabalho entendido não como atividade mecânica, mas como expressão criativa, cooperativa e situada e os processos de cooperação constituem, em sua obra, princípios estruturantes de uma prática pedagógica que articula pesquisa, ação e reflexão.

Nesse horizonte, as chamadas “técnicas Freinet” assumem papel estratégico. Recursos como o jornal escolar, os circuitos de correspondência entre turmas, a elaboração do “livro da vida”, as aulas-passeio e os dispositivos de documentação coletiva se tornam meios de intensificar a comunicação entre escola e comunidade,

ampliando a compreensão de mundo e favorecendo a produção de sentidos compartilhados. Ao mesmo tempo, tais práticas são concebidas como atos formativos que estimulam a autoria, fortalecem vínculos afetivos e conectam o cotidiano da sala de aula ao território social e cultural no qual se insere.

É nesse conjunto que emerge a proposta de cooperativa escolar, concebida por Freinet (2020), não como uma associação formal destinada à arrecadação de recursos, mas como um espaço autogestionado pelos estudantes, capaz de organizar dimensões significativas da vida escolar. A cooperativa é apresentada como instância de deliberação, planejamento, tomada de decisão, contabilidade e realização de projetos, operando como laboratório de formação cívica por meio da prática concreta e não por discursos abstratos sobre instituições distantes. Para Freinet (2020), a cooperativa expressa a própria dimensão política da educação: constitui-se como espaço de exercício da autonomia, da responsabilidade coletiva e da aprendizagem democrática.

Embora a literatura contemporânea frequentemente associe essa prática ao desenvolvimento de competências empreendedoras, sua gênese está vinculada a outro horizonte: a construção de uma pedagogia popular, crítica e ancorada na experiência das classes trabalhadoras. Freinet (2020), denunciava abertamente o caráter elitista de parte do movimento escolanovista, defendendo que uma educação verdadeiramente transformadora deveria enfrentar as desigualdades estruturais e expandir a capacidade de ação dos sujeitos subalternizados. Seu engajamento político e sua aproximação com o socialismo, embora marcados por tensões e rupturas, revelam o compromisso com uma educação emancipadora e comprometida com a justiça social.

O desenvolvimento posterior das cooperativas escolares na França e, décadas mais tarde, sua difusão no Brasil consolidou tal prática como técnica pedagógica capaz de integrar trabalho coletivo, produção de conhecimento e participação política. No contexto brasileiro, a recepção das ideias de Freinet (1979), se intensificou a partir dos anos 1980, quando tendências pedagógicas progressistas recuperaram o potencial emancipatório do trabalho cooperado e da autogestão escolar como contraponto às formas de controle burocrático e ideológico do Estado. Nesse cenário, as cooperativas escolares passaram a ser interpretadas como dispositivos que articulam autonomia discente, solidariedade e construção democrática.

A partir de um esforço de sistematização, pode-se afirmar que a pedagogia freinetiana se estrutura em torno de alguns núcleos centrais:

- a) A centralidade do protagonismo discente;
- b) O trabalho como princípio educativo e como mediação social;
- c) A cooperação como forma de organização e construção coletiva do conhecimento;
- d) A articulação indissociável entre ação e reflexão;
- e) O papel estruturante da comunicação, documentação e afetividade;
- f) A cooperativa escolar como dispositivo autogestionado e lócus de aprendizado democrático;
- g) A enraizamento da prática escolar na vida comunitária;
- h) O compromisso com uma pedagogia popular e socialmente referenciada.

Esses elementos constituem a totalidade teórico-metodológica da pedagogia moderna formulada por Freinet (2020), e, portanto, servem de parâmetro analítico para avaliar reinterpretções contemporâneas, como aquelas realizadas por instituições financeiras que, ao incorporarem o termo “cooperativa escolar”, nem sempre mantêm sua dimensão crítica, política e emancipatória original.

As cooperativas escolares concebidas sob o horizonte freinetiano se configuram como instrumentos privilegiados de formação coletiva, nos quais o trabalho e a colaboração não são apenas meios pedagógicos, mas fundamentos ético-políticos de uma educação voltada à autonomia. Sua potência reside justamente na capacidade de integrar ação, reflexão e vida comunitária, instaurando práticas que fortalecem a participação estudantil e ampliam os vínculos entre escola e território. Assim, permanecem como um dos mais expressivos dispositivos de realização concreta de uma pedagogia crítica, democrática e socialmente referenciada.

Sob essa perspectiva, a cooperação discente em Freinet (2020), não pode ser interpretada apenas como metodologia ativa ou estratégia de participação escolar, mas como expressão concreta de uma ontologia pedagógica fundada na interdependência humana e na produção coletiva da vida social. O que está em jogo é a superação da fragmentação competitiva produzida pela racionalidade liberal moderna e a construção

de formas de sociabilidade baseadas na reciprocidade, na solidariedade e na participação substantiva.

Como observam **Coutinho e Nogueira (2021)**, a pedagogia da cooperação formulada por Freinet antecipa debates contemporâneos acerca da democratização radical da escola e da necessidade de reconstruir vínculos comunitários em sociedades atravessadas pelo individualismo competitivo. Nesse horizonte, a cooperativa escolar deixa de ser apenas um recurso organizativo e passa a constituir um microcosmo político de formação democrática, no qual os estudantes experimentam concretamente práticas de negociação, corresponsabilidade, escuta coletiva e produção compartilhada do comum. Tal dimensão revela a profundidade histórica da proposta freinetiana e explica por que sua apropriação contemporânea por modelos empresariais produz tensões tão significativas no campo educacional.

3. MODELAGENS ESCOLARES DE COOPERATIVISMO FINANCEIRO

A incorporação de cooperativas escolares ao conjunto de ações sociopedagógicas promovidas pela cooperativa de crédito Sicredi se inscreve em um movimento mais amplo de reaproximação entre instituições financeiras e sistemas públicos de ensino. Tal iniciativa reivindica, como um de seus marcos inspiradores, a pedagogia de Freinet, ainda que sua apropriação seja realizada sob coordenadas epistemológicas e políticas significativamente distintas daquelas que estruturaram o projeto freinetiano original.

No âmbito discursivo apresentado pela instituição financeira, a cooperativa escolar é concebida como um dispositivo educativo híbrido, capaz de articular atividades socioculturais e econômicas, e de favorecer a emergência de estudantes-líderes, empreendedores e gestores dotados de domínio sobre processos decisórios e financeiros. Tal narrativa, apoiada em recursos midiáticos e indicadores de alcance institucional, busca legitimar uma concepção de educação orientada para a formação de sujeitos adaptados à racionalidade econômica contemporânea.

Dois eixos estruturantes são constantemente mobilizados nesse projeto:

- 1) O programa “A União Faz a Vida”, caracterizado como metodologia de formação cidadã assentada na noção de cooperação;

2) O modelo de Sunchales (Argentina), amplamente difundido como referência internacional na institucionalização do cooperativismo escolar.

Ambos os eixos são acionados para produzir um discurso de eficácia social, ampliando a legitimidade pública da Sicredi como agente educativo e reposicionando a cooperativa de crédito como formadora de crianças e jovens segundo princípios de empreendedorismo, autogestão financeira e corresponsabilidade econômica.

A proposta se organiza em torno dos sete princípios clássicos do cooperativismo adesão voluntária, gestão democrática, participação econômica, autonomia, formação, intercooperação e compromisso comunitário convertidos em diretrizes pedagógicas. Apesar da incorporação da terminologia freinetiana, o projeto desloca o foco da autogestão discente para uma pedagogia da eficiência econômica, que articula práticas de gestão, produção, comercialização e educação financeira como eixos centrais da formação estudantil.

Além disso, os estudantes são posicionados como “associados” da cooperativa, enquanto o professor figura como mediador responsável pela tutela operacional e normativa do processo. Trata-se de uma configuração que, embora promova certa descentralização, mantém a lógica organizacional dependente do modelo empresarial proposto pelo agente externo, evidenciando a assimetria estrutural entre escola e sistema financeiro.

A formação disponibilizada às escolas compostas por cursos de 40 horas sobre história do cooperativismo, estrutura organizacional, estatutos, assembleias e conselhos reforça a natureza prescritiva da proposta e revela a intenção de replicar, ainda que em escala educacional, o paradigma administrativo das cooperativas de crédito. O discurso formativo enfatiza a relação entre cooperativismo, empreendedorismo e geração de renda, legitimando a inserção da racionalidade de mercado como horizonte pedagógico.

Ao reinterpretar a noção de cooperativa escolar, a proposta vinculada às cooperativas de crédito desloca seu sentido original, articulando-a a uma gramática organizacional alinhada à racionalidade empresarial contemporânea. Esse enquadramento produz uma inflexão conceitual que transforma um dispositivo de

autogestão formativa em plataforma pedagógica associada ao empreendedorismo, à educação financeira e às competências gerenciais. Assim, a reconfiguração operada pelas instituições financeiras evidencia a necessidade de rigor analítico para distinguir inovação pedagógica de alinhamento normativo a interesses corporativos.

A expansão dessas iniciativas também precisa ser compreendida no interior das transformações contemporâneas do capitalismo financeirizado, no qual instituições econômicas ampliam sua legitimidade social por meio da incorporação de agendas educacionais, ambientais e comunitárias. Conforme argumenta Brown (2020), o neoliberalismo contemporâneo não opera apenas pela mercantilização direta das instituições públicas, mas pela disseminação de uma racionalidade concorrencial que reorganiza subjetividades, redefinindo cidadania em termos de desempenho, investimento e capital humano.

Nesse contexto, programas de cooperativismo escolar vinculados a instituições financeiras passam a atuar simultaneamente como mecanismos de formação pedagógica e estratégias de governança social, produzindo alinhamentos simbólicos entre escola, mercado e empreendedorismo. A educação financeira, apresentada como instrumento neutro de cidadania econômica, converte-se em tecnologia de subjetivação orientada à internalização da lógica empresarial desde a infância, naturalizando valores associados à competitividade, à autorresponsabilização e à performatividade individual.

4. FREINET E SICREDI: COOPERAÇÃO EM DISPUTA

A reapropriação contemporânea das cooperativas escolares no interior da escola pública brasileira evidencia uma disputa estruturante em torno do sentido da educação, da formação cidadã e do papel dos sujeitos no processo pedagógico. Quando analisamos, de um lado, a concepção original de Freinet (2020), e, de outro, as iniciativas promovidas por cooperativas de crédito – em especial a Sicredi percebe-se que a categoria “cooperação” opera como um espelho que reflete projetos de sociedade diametralmente distintos. Freinet (2020), concebeu a cooperação como princípio ético-político, orientado à emancipação coletiva, à construção de vínculos comunitários e à formação de sujeitos críticos capazes de intervir em seu meio. Já o modelo

empresarial converte a cooperação em uma competência funcional, associada ao empreendedorismo, à gestão eficiente e à educação financeira, deslocando sua função de fundamento emancipatório para ferramenta instrumental de adaptação ao mercado.

Essa mudança de racionalidade é perceptível também no modo como cada proposta compreende o trabalho escolar. Para Freinet (2020), o trabalho é vivido como experiência criadora, sensível e investigativa, capaz de articular reflexão e ação e de produzir sentidos compartilhados. É um trabalho livre, não subordinado às exigências da produtividade, que permite ao estudante transformar o mundo e a si em um processo simultâneo. No modelo empresarial, porém, o trabalho assume contornos produtivistas: os estudantes são orientados a produzir e comercializar bens e serviços para sustentar financeiramente a cooperativa, transformando a prática educativa em uma simulação de microempresa. A experiência criativa é convertida em estratégia para resultados econômicos e a dimensão expressiva e política do trabalho é substituída pela lógica da eficiência.

O contraste é ainda mais evidente quando observamos a finalidade formativa de cada projeto. A pedagogia freinetiana constitui uma pedagogia popular comprometida com a democratização do saber, com a superação das desigualdades estruturais e com a construção de uma escola enraizada nas necessidades das classes trabalhadoras. A escola, para Freinet (2020), deve ser espaço de invenção coletiva, participação substantiva e politização da experiência comunitária. No projeto empresarial, a formação se desloca para o campo das competências econômicas individuais: educação financeira, liderança empreendedora, autogestão do capital humano e resolução eficiente de tarefas. A cidadania é traduzida pela lógica neoliberal, que associa autonomia à autorresponsabilização e cooperação voltada à produtividade. Trata-se, portanto, de um modelo que converte a educação em mecanismo de ajuste competitivo, em clara contraposição ao horizonte emancipatório freinetiano.

Mesmo a noção de autogestão, central nas duas propostas, assume sentidos opostos. Em Freinet (2020), a autogestão emerge da experiência concreta de organização coletiva: estudantes elaboram normas, tomam decisões, criam estratégias, lidam com conflitos e administram seus próprios processos, produzindo uma forma de democracia vivida. No modelo da Sicredi, a autogestão é previamente formatada por

manuais, cursos e protocolos que devem ser replicados. A autonomia é substituída pela gestão prescrita; o processo vivo de invenção coletiva é substituído pela reprodução de estruturas administrativas externas. Trata-se de um simulacro de autogestão, esvaziado de seu potencial político.

Enquanto Freinet (2020), defendia a ruptura com a escola tradicional – marcada pela memorização, disciplinamento e transmissão vertical – para instituir uma escola viva, aberta ao território e organizada pela cooperação ampla, o modelo empresarial introduz, por intermédio das cooperativas escolares, uma racionalidade gerencial que amplia os mecanismos de controle curricular e simbólico. Esse movimento integra o que a literatura recente denomina privatização simbólica e curricular da escola pública: agentes privados passam a definir conteúdos, métodos e valores, redirecionando a função social da escola mesmo sem alterar sua natureza pública formal. Assim, o que Freinet (2020), propôs como horizonte de subversão pedagógica é reocupado por um conjunto de interesses corporativos alinhados à lógica do mercado.

A análise conjunta dessas dimensões revela que as convergências entre Freinet (2020), e Sicredi protagonismo discente, experiências de gestão, articulação entre saber e fazer são superficiais e não alcançam o núcleo crítico da pedagogia freinetiana. As divergências, ao contrário, são profundas e estruturais: tratam da natureza do trabalho educativo, da função da escola, do conceito de autonomia, da finalidade da cooperação e do papel político da educação. Enquanto Freinet (2020), resiste à lógica de reprodução e propõe uma pedagogia popular dirigida à transformação social, o modelo empresarial ressignifica a cooperação e a autogestão sob a racionalidade neoliberal, convertendo-as em tecnologias gerenciais de desempenho e adaptação.

Ao final, o confronto entre os dois modelos evidencia dois projetos de humanidade incompatíveis: um que entende a educação como prática emancipadora e outro que a transforma em dispositivo de otimização comportamental. As cooperativas escolares, nesse contexto, tornam-se um lugar estratégico para observar como a racionalidade de mercado se infiltra nas políticas e práticas educativas, reconfigurando sentidos e apagando conflitos.

Freinet (2020), permanece como referência para uma educação que busca instituir novas formas de sociabilidade baseadas na solidariedade, na criação e na participação coletiva, enquanto o modelo empresarial reafirma a escola como espaço de preparação para o mercado e de formação de sujeitos competitivos.

Assim, longe de representar apenas abordagens distintas de um mesmo princípio, as propostas analisadas configuram racionalidades formativas estruturalmente inconciliáveis. A pedagogia freinetiana aponta a emancipação; o modelo empresarial, a adaptação. A tensão entre ambas não é metodológica, mas política. E, justamente por isso, revela o quanto o debate sobre as cooperativas escolares é, antes de tudo, um debate sobre o futuro da escola pública e sobre o tipo de sociedade que desejamos produzir por meio dela.

Essa disputa em torno do sentido da cooperação escolar expressa, em profundidade, uma transformação mais ampla das formas contemporâneas de governo da educação. Como demonstra Foucault (2008), a racionalidade neoliberal desloca os mecanismos clássicos de controle disciplinar para formas mais difusas de condução das condutas, nas quais os sujeitos passam a gerir a si mesmos segundo critérios de eficiência, desempenho e responsabilização permanente.

Nessa direção, a incorporação da linguagem da autonomia, da liderança e do protagonismo pelas pedagogias empresariais não representa necessariamente ampliação democrática, mas pode operar como sofisticada tecnologia de governamentalidade. Rose (1999) aprofunda essa compreensão ao evidenciar que o neoliberalismo produz sujeitos empreendedores de si mesmos, permanentemente orientados à autogestão competitiva. O contraste com Freinet (2020), torna-se, então, ainda mais radical: enquanto sua pedagogia buscava construir sujeitos coletivos capazes de transformar as estruturas sociais, a racionalidade empresarial contemporânea tende a converter a cooperação em instrumento de adaptação subjetiva às exigências do mercado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo permite afirmar que a concepção de cooperativa escolar formulada por Freinet (2020), constitui um projeto político-pedagógico intrinsecamente articulado à emancipação humana, à participação substantiva e à produção coletiva do conhecimento. Em sua formulação original, a cooperativa escolar não se reduz a uma estratégia metodológica, mas corresponde a uma práxis social orientada pela autonomia, pela livre expressão e pela criação coletiva, articulando o trabalho vivo e cooperado à transformação das condições concretas de existência. Trata-se, portanto, de um dispositivo profundamente vinculado a uma pedagogia popular crítica, cuja finalidade não é a adaptação dos sujeitos à ordem social vigente, mas sua capacidade de agir sobre ela.

A incorporação contemporânea das cooperativas escolares por uma instituição financeira como a Sicredi revela, entretanto, um processo de resignificação que altera substancialmente a gramática política do dispositivo. Embora recupere elementos discursivos presentes na tradição freinetiana como cooperação, protagonismo e ação coletiva, o projeto é reinscrito em uma racionalidade gerencial alinhada às lógicas do mercado, enfatizando empreendedorismo, liderança e educação financeira. Essa inflexão desloca o horizonte da prática: da formação para a participação autônoma e crítica para a preparação de sujeitos aptos a operar nos regimes de performatividade, produtividade e eficiência característicos do neoliberalismo educacional (Ball, 2021; Laval & Dardot, 2016).

Assim, a iniciativa da cooperativa de crédito, embora apresente contribuições pedagógicas pontuais, inscreve-se no conjunto de processos de privatização da educação pública que operam de modo difuso e incremental, não pela transferência direta de matrículas, mas pelo redirecionamento da agenda pedagógica, curricular e axiológica das escolas (Adrião, 2023; Peroni, 2015). Trata-se de um movimento que tende a naturalizar a inserção de agentes privados no interior da escola pública, legitimando seu papel como formuladores de propostas pedagógicas e deslocando a centralidade da gestão democrática e da autonomia docente. A retórica de responsabilidade social que sustenta tais iniciativas funciona, frequentemente, como mediadora simbólica de processos de empresariamento da educação, transformando práticas escolares em vitrines publicitárias de legitimidade corporativa.

Do ponto de vista analítico, os achados desta investigação evidenciam que a aproximação entre Freinet (2020) e a Sicredi (2019) é parcial e superficial, restringindo-se a dimensões procedimentais associadas à organização de grupos de estudantes. Em contraste, as tensões se expressam exatamente no campo político-pedagógico: enquanto Freinet (2020), concebia a cooperativa escolar como um espaço de autogestão real, crítica e coletiva, ancorado na historicidade e nas lutas sociais, a proposta empresarial tende a enquadrar a cooperação em moldes normativos, funcionais e compatíveis com a racionalidade econômica dominante. A disputa entre essas duas perspectivas revela que a questão central não reside no formato organizativo, mas na orientação ética, epistemológica e política que sustenta cada modelo.

Nessa direção, as cooperativas escolares emergem como um campo privilegiado para analisar a disputa contemporânea entre diferentes racionalidades educativas: a racionalidade emancipatória, vinculada a projetos populares e democráticos, e a racionalidade neoliberal, que reorganiza o campo educacional por meio de tecnologias de governamentalidade que articulam autonomia, responsabilidade e desempenho como formas de regulação dos sujeitos (Foucault, 2008; Rose, 1999). A comparação revela que, quando a cooperação é reduzida a um instrumento técnico, perde-se sua potência política e formativa. Quando, ao contrário, é entendida como prática social, recupera seu caráter transformador.

Em termos mais amplos, os resultados desta análise demonstram que as cooperativas escolares constituem um terreno estratégico de disputa entre projetos educativos antagônicos: de um lado, a tradição freinetiana, que compreende a escola como espaço de produção coletiva, crítica e solidária; de outro, a expansão de dispositivos de racionalidade neoliberal que buscam reconfigurar práticas escolares segundo parâmetros de performatividade, empreendedorismo e responsabilização individual. Ao evidenciar como organizações privadas reapropriam dispositivos pedagógicos históricos para ajustá-los às lógicas do mercado e do gerenciamento, este estudo contribui para compreender as formas contemporâneas de privatização simbólica da escola pública e suas implicações sobre a formação ética, política e laboral dos estudantes.

Dessa maneira, reafirma-se a necessidade de recolocar as cooperativas escolares no horizonte de uma pedagogia popular crítica, capaz de produzir experiências de participação substantiva, solidariedade concreta e democracia radical. Tal reposicionamento implica resistir à redução das práticas cooperativas à funcionalidade econômica e recuperar sua dimensão política como instrumento de formação para a cidadania ativa. A partir dessas constatações, abrem-se novos caminhos de investigação acerca de como diferentes configurações de cooperação escolar disputam sentidos formativos, incidindo sobre a produção dos sujeitos e sobre o próprio projeto democrático de educação pública.

Diante desse cenário, torna-se indispensável recolocar o debate educacional no campo das disputas estruturais em torno da democracia, da função pública da escola e da formação humana. A crescente presença de agentes privados no interior das políticas educacionais não representa apenas uma mudança administrativa ou metodológica, mas uma transformação profunda dos próprios referenciais de legitimidade pedagógica.

Como observa Legrand (2021), a tradição cooperativa vinculada a Freinet estava associada à construção de comunidades escolares politicamente ativas, capazes de articular participação, solidariedade e emancipação social. A redução contemporânea da cooperação à lógica do empreendedorismo e da eficiência econômica evidencia, portanto, uma inflexão histórica que desloca a educação do horizonte do comum para o horizonte da competitividade. Recuperar criticamente a tradição freinetiana significa, nesse sentido, defender a escola pública como espaço de formação democrática substantiva, resistência às formas de mercantilização da vida e produção coletiva de novos projetos societários.

6. REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. **Privatização da educação no Brasil: atores, estratégias e consequências.** Autores Associados, 2023.

BALL, S. J. **Educação, justiça social e política neoliberal.** Cortez, 2021.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente.** Politeia, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 maio 2026.

COUTINHO, C.; NOGUEIRA, M. **Freinet e a atualidade da pedagogia da cooperação.** Autêntica, 2021.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979).** Martins Fontes, 2008.

FREINET, C. **Técnicas Freinet de educação moderna.** Estampa, 1979.

FREINET, C. **A educação pelo trabalho.** Martins Fontes, 2020.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações.** Loyola, 2020.

LAVAL, C.; DARDOT, P. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** Boitempo, 2016.

LEGRAND, L. **Freinet e as práticas cooperativas na escola contemporânea.** L'Harmattan, 2021.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social.** Boitempo, 2013.

PERONI, V. M. V. (Org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação.** Oikos, 2015.

PERONI, V. M. V.; PEREIRA, D. (Orgs.). **Privatização da educação na América Latina: agendas, atores e disputas**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2022.

ROSE, N. **Powers of freedom: reframing political thought**. Cambridge University Press, 1999.

SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO – SICREDI. **Guia do Programa Cooperativas Escolares**. Fundação Sicredi, 2019.

7. PARA CITAR ESTE ARTIGO

Norma ABNT

SILVA, M. A. Entre a emancipação e a tecnocracia: disputas contemporâneas em torno das cooperativas escolares. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, v. 16, p. 1-19, 2026. e163507

Norma APA

SILVA, M. A. (2026). Entre a emancipação e a tecnocracia: disputas contemporâneas em torno das cooperativas escolares. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 16, 1-19. e163507

Norma Vancouver

SILVA, M. A. Entre a emancipação e a tecnocracia: disputas contemporâneas em torno das cooperativas escolares. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 16:1-19, 2026. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/16772> e163507